

Edição 2 • 2026

Abril • Maio • Junho

Informativo CBH PARANAÍBA DF



CBH PARANAÍBA - DF



Imagem: Reprodução

ÍNDICE

03

Membras do CBH Paranaíba-DF participam de reunião com Secretaria de Relações com a Sociedade do STF

04

Mudanças climáticas, segurança e sustentabilidade hídrica no 3º Fórum Brasil das Águas

05

Presidentes dos Comitês distritais ministram aula para alunos do ProfÁgua.

06

Comitês Distritais participam de visita à Fazenda Malunga

Seminário “Lago Paranoá em debate” dialoga sobre qualidade da água, gestão territorial, ambiental

ÍNDICE

GT recebe dep. Gabriel Magno para apresentar síntese dos trabalhos da CPI do rio Melchior

09

Sema-DF apresenta ao CBH projeto de recuperação de áreas degradadas da Bacia do Rio Melchior

10

Secretário-geral do CBH Paranaíba-DF participa de reunião que debate soluções ambientais para Bacia do Ribeirão Santa Maria

11

MPDFT convida CBH Paranaíba-DF para reunião sobre a desocupação da orla do Lago Paranoá

12

63ª Reunião extraordinária recebe equipe da Adasa e Caesb para apresentação sobre o Lago Paranoá: monitoramento da qualidade da água pluvial urbana e balneabilidade do Lago

13

Membras do CBH Paranaíba-DF participam de reunião com Secretaria de Relações com a Sociedade do STF



A presidente do CBH Paranaíba-DF, Alba Evangelista Ramos e a presidente do Preserva Serrinha (e membra do comitê de bacia), Lucia Mendes, se reuniram com a titular da Secretaria de Relações com a Sociedade do Supremo Tribunal Federal, Leila Correa Mascarenhas no dia 28 de abril.

O objetivo do encontro foi fornecer ao STF informações sobre a situação hídrica de diversas áreas relevantes do DF, como a Bacia do Ribeirão Sobradinho, o Rio Melchior, a ESECAE e, em especial, a Serrinha do Paranoá, região sensível e que se destaca como uma importante área de recarga hídrica, com grande concentração de nascentes que alimentam o Lago Paranoá, um manancial essencial para o abastecimento da população. A reunião foi uma solicitação do Fórum das Águas, do Clima e Meio Ambiente do Distrito Federal.

Atualmente, o STF analisa recursos apresentados pelo Governo do Distrito Federal contra ações movidas por partidos políticos contestando a lei que permite a cessão de terras públicas como garantia para capitalizar o Banco de Brasília.

Também participaram da reunião o presidente do Fórum das Águas, do Clima e Meio Ambiente do DF, Guilherme Jaganu, além dos advogados do PSB, autores das ações que questionam a cessão de terras públicas para o BRB.

No dia 29 de abril, a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou o Projeto de Lei nº 2.295/2026, que altera o plano de socorro ao Banco de Brasília (BRB), retirando dois dos nove imóveis que poderão ser utilizados para recompor o capital do Banco, entre os lotes, a Gleba A, da Serrinha do Paranoá.

Mudanças climáticas, segurança e sustentabilidade hídrica

Durante cinco dias, representantes do governo, usuários de recursos hídricos, organizações civis, universidades, ONGs e especialistas discutiram as alternativas para a gestão da água no Brasil no 3º Fórum Brasil das Águas.



O evento, que ocorreu em São Luís (MA) nos dias 4 a 8 de maio, foi marcado pela ampliação do diálogo e pela troca de experiências, ressaltando a relevância da colaboração entre os participantes na gestão dos recursos hídricos, e assim para o aprimoramento de todo o sistema.



Integrantes dos comitês de bacias do Distrito Federal (CBH Maranhão-DF, CBH Paranaíba-DF e CBH Preto-DF) acompanharam os debates sobre segurança hídrica, mudanças climáticas, uso racional da água, reúso, inovação tecnológica, regulação e financiamento de obras e serviços.

A representante do CBH Preto-DF, Marina Lopes, destacou aspectos importantes do evento, incluindo a promoção do fortalecimento da gestão local, a urgência de aprimorar a comunicação de forma clara e acessível para aumentar a participação social, além da busca por soluções práticas, em vez de meramente teóricas, para assegurar a diminuição das desigualdades no acesso à água, na qualidade de vida e na sustentabilidade dos recursos.

A troca de experiências e a possibilidade de fortalecimento e integração das ações dos comitês de bacias foi destacada pela coordenadora do GTEA do CBH Paranaíba-DF, Carmen Correia, que ainda pontou a centralidade da água nos debates sobre ciência e sociedade.

O coordenador do GTEA do CBH Maranhão-DF, Cláudio Odilon, destacou a importância dos projetos direcionados à juventude, que buscam renovar e aumentar o engajamento dos comitês, como por exemplo os Comitês de Bacias Infantojuvenis, implantados do Maranhão, além de projetos de educação ambiental implantados várias regiões do país.

O 3º Fórum Brasil das Águas é promovido pela Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas (Rebob), formada por representantes de consórcios de municípios, comitês de bacias hidrográficas, associações de usuários, agências de bacia e outros órgãos.



Presidentes dos Comitês distritais ministram aula para alunos do ProfÁgua

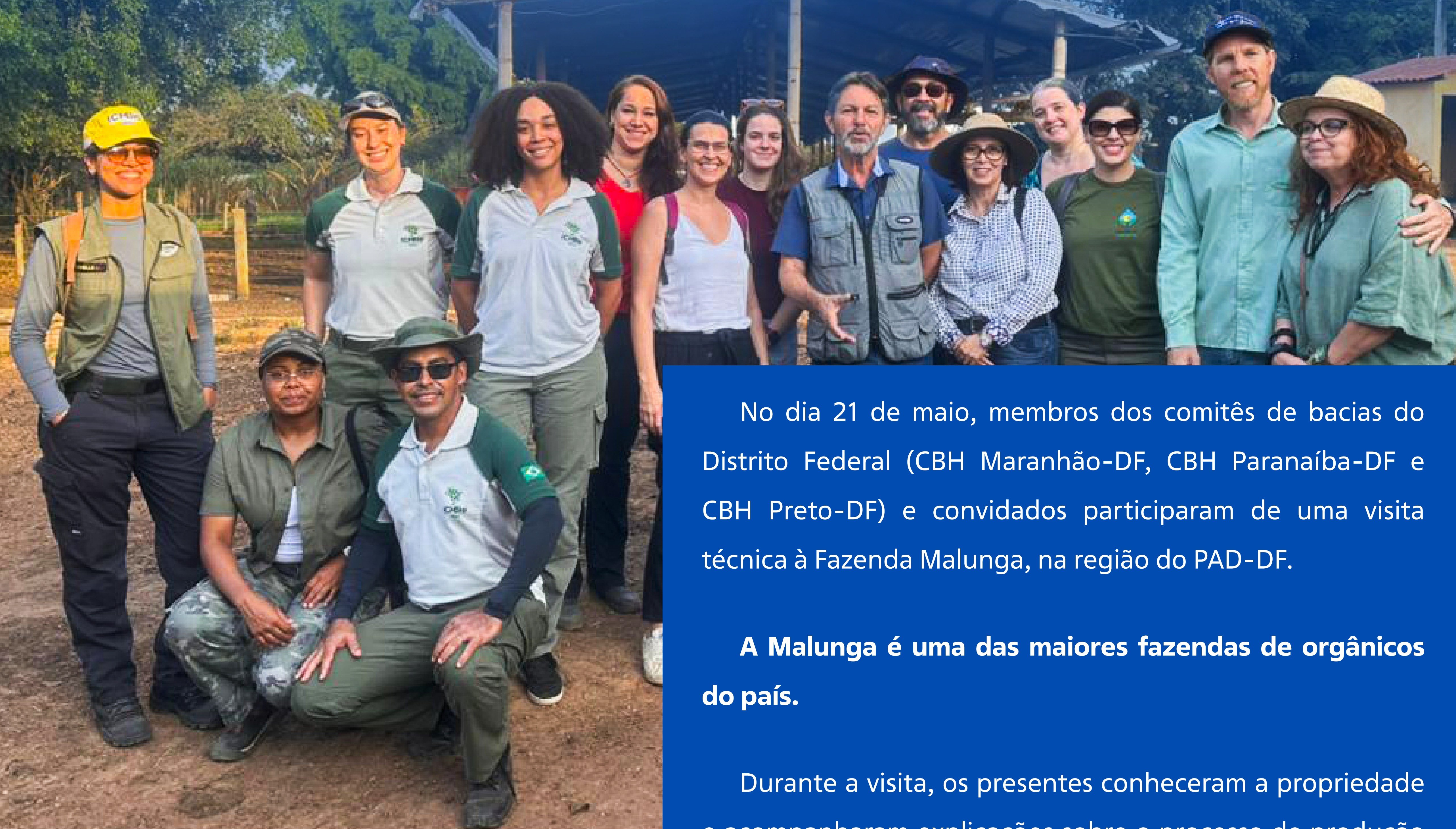


Como parte do programa de palestras da disciplina de Governança e Regularização da Água, do Mestrado Profissional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (ProfÁgua), os presidentes do CBH Maranhão-DF, Marcelo Benini, do CBH Paranaíba-DF, Alba Evangelista Ramos e do CBH Preto-DF, Gilmar Batistella ministraram uma aula para os alunos nesta sexta-feira (15), na Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

A convite do professor Antônio Nobre, da FUP/UnB, a atividade foi uma oportunidade dos comitês dialogarem com os alunos sobre o funcionamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh), o papel dos comitês, os instrumentos de gestão da lei 9.433/97 e da lei distrital 2725/2001 e o andamento da Cobrança pelo uso da água no Distrito Federal.

Ao final, palestrantes e alunos debateram sobre a gestão das águas e seus desafios futuros.

Comitês Distritais participam de visita à Fazenda Malunga



No dia 21 de maio, membros dos comitês de bacias do Distrito Federal (CBH Maranhão-DF, CBH Paranaíba-DF e CBH Preto-DF) e convidados participaram de uma visita técnica à Fazenda Malunga, na região do PAD-DF.

A Malunga é uma das maiores fazendas de orgânicos do país.

Durante a visita, os presentes conheceram a propriedade e acompanharam explicações sobre o processo de produção da Fazenda.

Seminário

“Lago Paranoá em debate”

dialoga sobre qualidade da água, gestão territorial, ambiental

Realizado pelo CBH Paranaíba-DF e a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – Seção Distrito Federal (ABES-DF), o seminário “Lago Paranoá em debate” reuniu especialistas, usuários da bacia, membros do poder público e da sociedade civil no auditório do Crea-DF.

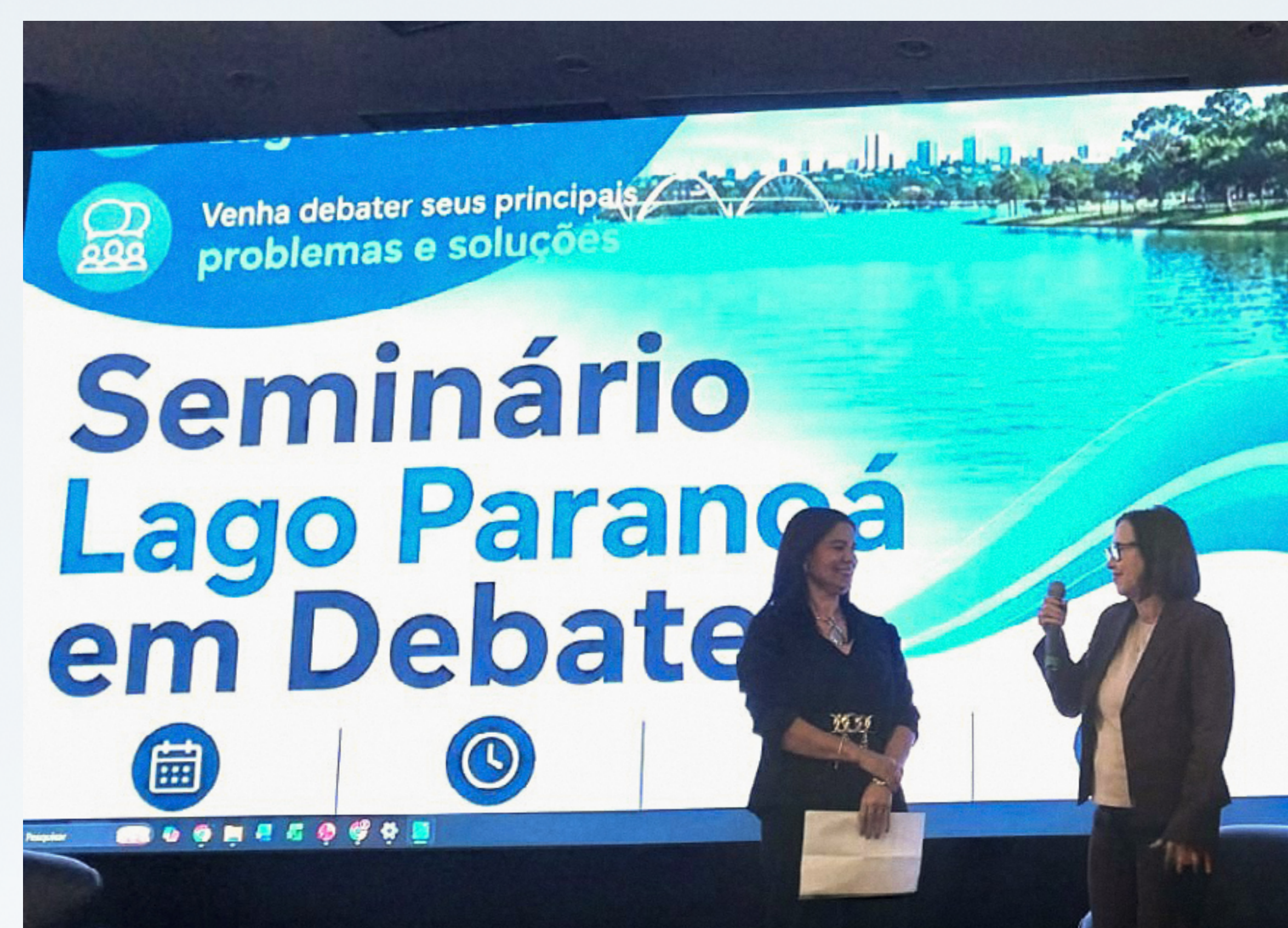


O debate foi organizado em dois painéis temáticos buscando abordar diferentes perspectivas dos problemas e desafios do lago: Qualidade da água e seus usos e Gestão Territorial e Ambiental da bacia do lago.

A moderadora do primeiro painel, Raquel Brostel, lembrou que o lago já passou por um processo intenso de limpeza, que resgatou suas águas para uso da população e que hoje a passou a vê-lo como um espaço público e de uso coletivo.

A presidente do CBH Paranaíba-DF, Alba Evangelista Ramos, iniciou falando sobre o trabalho dos comitês, a área de atuação e os instrumentos de gestão elencados nas leis 9.433/97 e na lei distrital 2725/01. Ela destacou que a história do lago está ligada à história da cidade, e na sua concepção, foi pensado para cumprir múltiplas funções como lazer, navegação, paisagismo e atualmente, abastecimento. Alba lembrou das lutas do comitê de bacia e da sociedade civil em defesa do lago, do planejamento urbano, da preservação e recuperação de áreas de proteção ambiental, mas os diagnósticos, estudos e levantamentos sobre a situação do lago, precisam refletir em ações do poder público. Em alguns pontos, o lago já excedeu sua capacidade de suporte da carga de fósforo, como riacho fundo. Como um dos principais pontos de captação de água para abastecimento humano, ela reforçou que cuidar da saúde do Lago Paranoá é cuidar não apenas da biodiversidade, mas também da saúde da população.

Os problemas e impactos na qualidade foram abordados pelo professor da UnB, Sérgio Koide. Ele destacou a importância do monitoramento efetivo, com indicadores de qualidade e dados acessíveis, para identificação e controle da situação. Segundo o professor, eutrofização do lago encontra-se hoje em



estágio bastante avançado, e pode levar a morte biológica do corpo, pois a cobertura vegetal gera decomposição de matéria orgânica que se acumula no fundo do lago. Koide ainda citou o assoreamento, o excesso de fósforo, e a dificuldade de monitoramento como desafios a serem vencidos para a melhoria da qualidade da água do lago.

Ainda no primeiro painel, o analista ambiental do Instituto Chico Mendes e usuário frequente do lago Paranoá, apresentou imagens da situação do lago em alguns pontos que sofrem com o excesso de cobertura vegetal, que vem prejudicando a prática do lazer, a saúde do lago e dos usuários.

Gestão Territorial e Ambiental da bacia do lago.

No início do segundo painel, o mediador e diretor da ABES-DF, Adalto Santos do Espírito Santo, fez um compilado dos debates do primeiro painel, enfatizando a necessidade de controle do fósforo, da ocupação desordenada, de melhoria na qualidade das obras públicas, do planejamento urbano, e por fim, a urgência da ação dos órgãos responsáveis.

O professor da UnB, Benny Schvarsberg abordou a situação do lago Paranoá sobre a perspectiva do planejamento urbanístico. A

concepção urbanística da cidade foi feita em função do lago, como equipamento público, de acesso público e fruição pública da população. Ele criticou a perversa tradição política de descontinuidade das ações, que impede políticas urbanas mais articuladas e que dialoguem com as necessidades coletivas. Para ele, hoje não há falta de conhecimento técnico e científico para o enfrentamento dos problemas da cidade. A importância de se integrar uma gestão do território, dos recursos hídricos, planejamento e monitoramento foi enfatizada pela engenheira agrônoma e ambientalista, Maria Silvia Rossi. Ela elencou uma série de deficiências e disfunções do Estado, que vem contribuindo para a situação crítica do lago Paranoá: lançamento de esgoto na rede de águas pluviais que deságua no Lago Paranoá, redes de esgoto clandestinas, eutrofização, excesso de fósforo, agrotóxicos.

Ela destacou também a função social do lago como espaço público de esporte e lazer, mas cujo acesso nunca foi de fato democratizado, já que não há rede de transporte público conectando o lago à cidade. Por fim, a privatização das instituições pelo poder privado

e político, vem, segundo ela, desautorizando as áreas técnicas e negligenciando as reais necessidades coletivas, ambientais e sociais, haja vista a negativa de criação de APMs no PDOT, apesar das recomendações do corpo técnico.

Na última fala, o arquiteto e ex-secretário da Secretaria de Gestão do Território e Habitação (Segeth), Thiago de Andrade, lembrou que o lago é um ativo metropolitano e que é preciso que o Distrito Federal recupere sua capacidade de projetar e organizar os espaços respeitando a capacidade de suporte dos rios, as leis urbanísticas, ambientais e o interesse comum. Durante sua gestão à frente da Segeth, ocorreu a desobstrução da orla do Lago Paranoá, devolvendo o lago a população.

Ele reforçou a importância de se reocupar os espaços, organizar a capacidade de gestão e participação social, nas decisões coletivas. Por fim, defendeu o modelo público na gestão do saneamento, como forma de garantia de acesso à universalização dos serviços e investimento na melhoria da qualidade da água.



GT recebe dep. Gabriel Magno para apresentar síntese dos trabalhos da CPI do rio Melchior



A convite do GT Melchior, do CBH Paranaíba-DF, o deputado distrital Gabriel Magno, participou da 16ª reunião do grupo, para apresentar síntese dos trabalhos da CPI do Rio Melchior da Câmara Distrital. A comissão encerrou seus trabalhos em dezembro de 2025, quando aprovou seu relatório final, apontando medidas de enfrentamento ao cenário de degradação ambiental e social na região.

O deputado Gabriel Magno, então membro da CPI, apresentou alguns resultados positivos da comissão, como a decisão do Ibama de negar a licença ambiental para a construção de uma usina termelétrica na região; a necessidade de reforçar a estrutura dos órgãos ambientais, como Adasa e Brasília Ambiental,

com recomposição de servidores, investimentos em tecnologia e integração de dados; falhas na gestão participativa, além da promoção do reenquadramento imediato do Rio Melchior da Classe 4 para a Classe 3, devendo chegar à classe 2 até 2040 a montante do rio.

O deputado ressaltou que vários dos encaminhamentos feitos pela CPI necessitam ainda de articulação dentro do orçamento para que sejam viabilizadas, pois são ações que demandam previsibilidade orçamentária.

Ele explicou também que apresentou, juntamente com a deputada Paula Belmonte, um aditamento para incluir imputações de responsabilidade, recomendações

de indiciamento e recomendações complementares, que foi vetado pela maioria. Entre as recomendações aprovadas, estão o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental mais restritivos para a UH-36 Rio Melchior; fortalecimento institucional dos entes governamentais, por meio do aumento das equipes, melhorias nos processos de contratação; refinar as diretrizes da compensação florestal, entre outros.

Acrescentando às falas do deputado, a engenheira agrônoma, ambientalista e assessora parlamentar, Maria Silvia Rossi, sugeriu que se criem metas intermediárias para se trabalhar o enquadramento dos corpos hídricos. Quanto aos recursos federais do Paranaíba, ela recomendou que o comitê invista na elaboração de bons projetos e que reforce o debate sobre o retorno de investimentos para distrito federal, que contribui com a maior parte dos recursos arrecadados pela bacia.

O representante da Rede Cidadã de Taguatinga (Recita), Igor Gonçalves, também assessor do deputado, ressaltou que as contribuições do GT Melchior, encaminhadas à CPI, foram adicionadas integralmente no anexo do relatório final, reforçando a importância do GT para a CPI. O coordenador do GT, Ricardo Minotti, destacou a intensa participação da sociedade civil nos trabalhos do grupo, fortalecendo na formulação dos documentos. Ele lembrou que a próxima reunião do grupo vai discutir o sistema de drenagem e esgoto combinado, já que parte da bacia não possui rede de drenagem.

Ao final dos trabalhos, a presidente do CBH Paranaíba-DF, Alba Evangelista Ramos, destacou que o comitê está querendo retomar as discussões sobre o Preço Público Unitário (PPU) e os valores de lançamento de efluentes, que se encontram desatualizados.

Aprovação

O GT Melchior aprovou ainda a síntese da 15ª reunião.



Sema-DF apresenta ao CBH projeto de recuperação de áreas degradadas da Bacia do Rio Melchior

A presidente do CBH Paranaíba-DF, Alba Evangelista Ramos e o coordenador do Grupo de Trabalho do Rio Melchior, Ricardo Minotti, se reuniram, no dia 11 de junho, com representantes da Subsecretaria de Gestão das Águas e Resíduos Sólidos, SUGARS, da Sema-DF. O objetivo foi discutir temas relacionadas à bacia hidrográfica do Rio Melchior.

A Sema-DF apresentou aos membros a proposta de recuperação de 100 hectares de áreas degradadas da bacia do rio Melchior, com um investimento de aproximadamente R\$ 8 milhões do Fundo de Meio Ambiente do DF.

Outro assunto foi a possibilidade de criação de um programa estruturante para a bacia, incorporando o conhecimento da academia e dos órgãos públicos que nela atuam, como Novacap, Caesb, SLU, Brasília Ambiental, Adasa e o Comitês de Bacias Hidrográficas.

Como encaminhamento da reunião, ficou definida uma visita técnica à bacia do rio Melchior e a realização de um workshop, com a participação da Universidade de Brasília, dos órgãos do GDF que atuam na bacia e CBH Paranaíba-DF.

Secretário-geral do CBH Paranaíba-DF participa de reunião que debate soluções ambientais para Bacia do Ribeirão Santa Maria

Representantes do Projeto Ser Natureza Santa Maria, juntamente MPDFT, MPGO, poder público, Ongs, Universidade, além do CBH Paranaíba-DF, se reuniram no dia 18 de junho, para debater os diagnósticos elaborados pelos grupos temáticos do projeto na área da Bacia do Ribeirão Santa Maria. A reunião permitiu levantar os principais problemas da bacia e abrir diálogo sobre possíveis soluções, projetos e ações.

Os resultados dos estudos identificaram desafios relacionados à infraestrutura de drenagem urbana, ao lançamento clandestino de efluentes, ao descarte irregular de resíduos sólidos e a resíduos da construção civil.



Foram também constatados processos erosivos, assoreamento de cursos d'água, degradação de áreas de preservação permanente, perda de cobertura vegetal, presença de espécies exóticas invasoras e entraves à regularização ambiental de imóveis localizados na bacia hidrográfica.

Na ocasião, o secretário-geral do CBH Paranaíba-DF, Carlo Renan Cáceres Brites, explicou o papel dos comitês, sua atuação, reforçando a importância das ações na bacia do Ribeirão Santa Maria estarem alinhadas ao Plano Integrado de Recursos Hídricos do Distrito Federal, quem vem sendo construído coletivamente e se encontra em fase de elaboração de seu plano de ação e investimentos.



MPDFT convida CBH Paranaíba-DF para reunião sobre a desocupação da orla do Lago Paranoá



O CBH Paranaíba-DF foi um dos convidados para participar da reunião de acompanhamento da Ação Civil Pública que resultou na desocupação da orla do Lago Paranoá, que ocorreu no dia 22 de junho. O convide partiu da promotora da 4ª Prodema/MPDFT, após assistir ao seminário “Lago Paranoá em debate”, promovido pelo comitê e a ABES-DF, em maio.

Buscando somar experiências, a reunião convidou a presidente do CBH Paranaíba-DF, Alba Evangelista Ramos e o professor da UnB, Sérgio Koide para auxiliar no estabelecimento da metodologia de monitoramento das ações demandas no acordo estabelecido entre o GDF e o MPDFT.

A proposta é acompanhar as ações pactuadas em 2017, visando a recomposição da APP do Lago, assim como o reflorestamento, fiscalização de irregularidades da orla, como desocupação/reocupação, lançamentos clandestinos, ocupações irregulares, entre outros.

Ao final, foi solicitado ao Brasília Ambiental e a Sema-DF que apresentem um balanço das ações relacionadas aos temas debatidos e à Adasa e Caesb que enviem representantes para as próximas reuniões.

Além do CBH Paranaíba-DF e do MPDFT, estiveram presentes na reunião representantes Sema-DF, Brasília Ambiental, UnB, DF Legal, Seduh.



63ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA RECEBE EQUIPE DA ADASA E CAESB PARA APRESENTAÇÃO SOBRE O LAGO PARANOÁ:

*monitoramento da qualidade
da água pluvial urbana e
balneabilidade do Lago*



Com ampla participação dos membros, a 63ª Reunião Extraordinária recebeu servidores da Adasa e da Caesb para apresentação sobre drenagem e a qualidade da água pluvial urbana com foco no lago Paranoá.

A presidente do CBH Paranaíba-DF, Alba Evangelista Ramos explicou que a demanda para a reunião surgiu para atender um pedido da Superintendência de Drenagem Urbana da Adasa, que após a realização do seminário “Lago Paranoá em Debate”, solicitou espaço para apresentar ao Comitê, estudo recente realizado a partir de um convênio da Adasa com a Unesco, resultando no Plano de Monitoramento de Qualidade de Água Pluvial Urbana.

O integrante da coordenação de Fiscalização da Superintendência de Drenagem Urbana, Alan Rocha Baggio, fez uma breve explanação sobre o funcionamento do sistema de água e esgoto do Distrito Federal, enfatizando que hoje as ligações clandestinas são um dos

responsáveis pela contaminação das águas pluviais. Lembrando que a drenagem pluvial, por se tratar apenas de água de chuva, ela não passa por estações de tratamento, e cai direto nos corpos hídricos.

Ele apresentou os resultados do Plano de Monitoramento, que foca na regulação e mitigação dos impactos da drenagem nas bacias hidrográficas do Distrito Federal, com atenção especial à preservação do Lago Paranoá. O Plano estabelece estratégias contínuas de controle e fiscalização com o objetivo de conhecer o que está sendo lançado no corpo hídrico sem tratamento e com isso, identificar possíveis ligações clandestinas na rede.

Ele ressaltou que o monitoramento é essencial, pois ele pode subsidiar ações de fiscalização. O documento estabeleceu ainda valores de referência e propôs um índice de qualidade da água para os pontos avaliados.





Balneabilidade

Para falar sobre o controle de qualidade do monitoramento da água no Lago Paranoá, coordenador de Análises Biológicas e Limnológicas do Laboratório Central da Caesb, Bruno Dias Batista, fez sua explanação com foco no Programa de Balneabilidade do Lago.

A Caesb hoje realiza o acompanhamento sistemático de mais de 30 pontos ao longo de todo o espelho d'água, baseando-se nas diretrizes do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Ele ressaltou que os pontos de monitoramento estão localizados estrategicamente nas zonas mais urbanas, com foco nos principais locais de banho e nas galerias de águas pluviais. Os resultados ajudam na avaliação e tomada de decisão mais eficaz, já que o Lago integra o sistema de captação Caesb.

Integração

A presidente do CBH defendeu a criação do Observatório do Lago Paranoá, um grupo de trabalho interinstitucional para acompanhar a situação do Lago e cobrar possíveis encaminhamentos.

Ao final, a presidente fez ainda uma breve contextualização sobre as atividades realizadas nos últimos meses pelo CBH, como participação no Fórum Brasil das Águas, realização do Seminário Lago Paranoá em debate e presença nas reuniões sobre o PIRH.

Durante a reunião, foi aprovada a Ata da 35ª Reunião Ordinária do CBH Paranaíba-DF.



CBH PARANAÍBA - DF

Diretoria CBH Paranaíba DF

Presidente	Alba Evangelista Ramos
Vice-presidente	Maurício Laxe
Secretário-geral	Carlo Renan Cáceres de Brites

Equipe ABHA DF

Supervisora administrativa	Karine Campos
Auxiliar administrativa	Camila Areal
Assessora de Comunicação	Mariana Libânio

Equipe de Comunicação

Agência responsável	Midiática Marketing
Coordenação-geral	Luiz Carlos Florentino (MTB 0018651/MG)
Projeto gráfico e diagramação	Wendel Amorim

Escritório de apoio ABHA Gestão de Águas

SAUS Quadra 4 Lote 09/10
Sala 934. Ed. Victoria Office Tower Brasília
Brasília/DF - CEP 70070-938